

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

A hora de pressionar é agora!

A luta dos servidores do Judiciário Federal por seu Plano de Cargos e Salários começa a dar resultados: sob o número 5845/2005, o projeto de lei foi encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal à Câmara dos Deputados no final de agosto. No entanto, ainda há muito a ser feito e muitas dificuldades vão aparecer. A hora de cobrar a aprovação imediata do plano é agora que o projeto está em tramitação no Congresso Nacional. A pressão não pode parar!

Até o fechamento desta edição do Jornal do Sintrajuf, a matéria se encontrava na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), onde aguardava designação de relator. Por se tratar de projeto enviado pelo Poder Judiciário ao Poder Legislativo, o PCS

tramita em regime de prioridade e seu prazo em cada comissão é de dez sessões legislativas.

Depois da CTASP, o PCS segue para as comissões de Finanças e Tributação (para verificação da adequação orçamentária) e de Constituição, Justiça e Redação (para observação da constitucionalidade). É justamente onde devem se centrar as atenções dos servidores, pois o projeto que recebe parecer negativo nessas duas comissões é automaticamente arquivado, salvo sob recurso de 10% dos parlamentares da casa.

Por isso, representantes de sindicatos da categoria de 17 estados brasileiros se encontraram na reunião ampliada da Fenajufe no último dia 3 para definir um calendário de mobilização

pela aprovação do PCS. O Dia Nacional de Mobilização é 13 de setembro e há indicativo de greve para a segunda quinzena de outubro, sob o mote “Se o PCS não andar, em outubro, o Judiciário vai parar”.

As sugestões dos servidores pernambucanos foram coletadas em assembléia geral no Sintrajuf, em 31 de agosto, e em visitas a diversos locais de trabalho no âmbito das Justças Federal, Trabalhista e Eleitoral da capital e Região Metropolitana do Recife, realizadas pelos diretores do sindicato.

No dia 1, haverá nova reunião ampliada para avaliar a mobilização nos estados e a tramitação do projeto. Até lá, o contato com os parlamentares é essencial para garantir a aprovação. Os servidores devem enviar e-mails

para os deputados por meio do site da Fenajufe (www.fenajufe.org.br) e participar das atividades de abordagem dos deputados em Pernambuco. O Sintrajuf já está agendando reuniões com os parlamentares para solicitar o apoio da bancada federal pernambucana.

Haverá tentativa de incluir as emendas aprovadas na XII Plenária da Fenajufe que ficaram de fora do projeto. O PCS enviado ao Congresso é a última versão apresentada pelo STF, que atende às exigências prioritárias dos servidores – a manutenção do cargo de auxiliar judiciário e a paridade entre ativos e aposentados – mas não contempla as alterações propostas pela Fenajufe na plenária. Portanto, a união de todos é indispensável!



agenda

Calendário de atividades

13/09 – Dia Nacional de Mobilização

30/09 – Prazo dado pela Fenajufe para o PL 5845 sair da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados

01/10 – Reunião Ampliada da Fenajufe

18/10 – Indicativo de greve por tempo indeterminado



na internet
sintrajufpe.org.br

» Íntegra do Plano de Cargos e Salários

Brasil

Excluídos dizem não à corrupção

No Dia da Independência, 7 de setembro, brasileiros dos quatro cantos do país realizaram o XI Grito dos Excluídos. Convocada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), a manifestação recifense teve início em frente à Celpe. “Brasil: em nossas mãos, a mudança” foi o mote da atividade, que denunciou a desigualdade social e a exclusão econômica pelas quais passam 20 milhões de desempregados, segundo dados do IBGE.

O Sintrajuf foi representado pelos diretores Kátia Saraiva e Benedito Moura e a Fenajufe, pela coordenadora Jacqueline Albuquerque. Quatro propostas principais nortearam o Grito dos Excluídos este ano: a mudança do modelo econômico, a realização de um programa emergencial para superação da miséria, a reforma política e a soberania nacional.

Mais de 5 mil pessoas, entre estudantes, sindicalistas,

representantes de movimentos sociais, comunidades eclesiais de base e Movimento dos Sem-Terra (MST), participaram da passeata organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e centrais sindicais, que culminou na Praça do Carmo e aconteceu paralelamente à parada militar de 7 de Setembro, na Avenida Conde da Boa Vista.

Na Basílica de Aparecida, no interior de São

Paulo, foi realizada a missa do trabalhador, que reuniu cerca de 40 mil pessoas, de acordo com os organizadores. Em Brasília, por sua vez, o tradicional desfile militar do Dia da Independência contou com somente 25 mil pessoas, segundo a Polícia Militar – no ano passado, foram 60 mil. Quem apareceu aproveitou para protestar contra a corrupção no Congresso Nacional.

Um país unido em protesto contra a política econômica

Foto: Arquivo Fenajufe



UNIÃO Trabalhadores de diversas categorias e estudantes participaram do ato público em Brasília

A luta contra a política econômica do governo Lula foi o motivo do ato público realizado na manhã de 16 de agosto, em frente ao Banco

Central, no Recife. Convocada pela Central Única dos Trabalhadores, a atividade fez parte da programação do Dia Nacional de Lutas da

Coordenação dos Movimentos Sociais, com atos em vários estados e manifestação popular em Brasília, com a presença de 20 mil pessoas.

Representantes de sindicatos – inclusive do Sintrajuf – e de movimentos sociais marcaram presença no local, exigindo pontos da “Carta ao Povo Brasileiro”, como mudanças na política econômica, distribuição de renda, reforma política democrática e apuração das denúncias de corrupção. A participação dos sindicatos filiados à Fenajufe foi aprovada na reunião ampliada do último dia 11.

Ato contra a corrupção - 16 de agosto também foi dia de protesto em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Cerca de 20 mil pessoas pediram mudanças na política econômica no ato organizado por segmentos da sociedade civil organizada. Além das investigação completa das denúncias de corrupção, os trabalhadores pediram uma ampla reforma política eleitoral.

Encontro reúne trabalhadores

Cerca de 800 delegados de vários estados do Brasil se reuniram para o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Jovens do Campo e da Cidade, no último dia 4, em São Paulo. O Sintrajuf foi representado pela presidente Kátia Rosângela e pelo servidor Eloy Teotônio, da Justiça Eleitoral. A coordenadora da Fenajufe Jacqueline Albuquerque também participou do evento.

Marcaram presença trabalhadores e jovens de diversos segmentos – como estudantes, operários, ferroviários, servidores, trabalhadores sem-terra e sem-teto – que se organizam nos movimentos sociais contra a exploração dos homens e mulheres trabalhadores e pela soberania da nação. O encontro foi realizado na quadra do Sindicato dos Bancários.

A crise brasileira e mundial foi debatida em boa parte das intervenções no

plenário, nas quais os delegados denunciaram que trabalhadores de todo o continente americano resistem à brutal ofensiva do imperialismo estadunidense para liquidar a soberania das nações, acabar com conquistas e direitos e destruir as organizações dos movimentos sociais.

Especificamente em relação à situação em que o Brasil se encontra, houve críticas à política econômica adotada pelo governo Lula, que segue aplicando a política do Fundo Monetário Internacional para beneficiar o capital especulativo e rompendo com as aspirações de 53 milhões de eleitores. Para os delegados, o maior responsável pela corrupção é a política de privatização.

Ao final do encontro, foram retiradas deliberações a serem apresentadas às organizações do movimento social, popular e sindical. Três propostas para os servidores

foram aprovadas: a campanha emergencial no serviço público federal para extensão dos 15% conquistados pelo Poder Legislativo, luta contra a PEC 02/03 e encontro de base dos servidores públicos das três esferas, a ser convocado pela CUT. As duas últimas foram apresentadas pelo representante Eloy Teotônio.

Outras deliberações são organizar a Jornada Internacional de Mobilização pela Nacionalização do Gás e do Petróleo em todos os países em outubro, realizar campanhas em defesa de verbas para as



INFÂNCIA Verba para a escola foi reivindicada

escolas públicas, contra as privatizações e pela reestatização dos serviços públicos, levar adiante a reforma agrária e estatizar as fábricas ocupadas pelos trabalhadores.

fato relevante

Cresce combate à PEC 02

O combate à proposta de emenda constitucional 02/2003 foi um dos principais pontos ressaltados na última reunião ampliada da Fenajufe, no dia 3. Os representantes dos sindicatos do Judiciário Federal defenderam a necessidade de ampliar a divulgação da PEC que efetiva requisitos, em especial para entidades da sociedade civil, parlamentares e imprensa.

A PEC está pronta para entrar em pauta e pode ser sujeita à apreciação do plenário em breve. O texto permite “que servidores públicos requisitados optem

pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário”, independentemente de pertencerem a qualquer órgão municipal, estadual ou federal, desde que estejam em exercício contínuo há no mínimo três anos no órgão cessionário.

Está disponível no site do sindicato, para envio por e-mail, a nota elaborada pela Fenajufe aos parlamentares, que recebeu assinaturas conjuntas da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e

a Associação Nacional dos Juízes Federais (Ajufe) em agosto. O abaixo-assinado do sindicato também pode ser baixado no site, impresso para divulgação e enviado ao Sintrajuf.

“Esta proposta de emenda busca criar um alçapão de fundos, ao invés de encarar o problema da falta de mão-de-obra, com a abertura de concursos públicos transparentes que facultem a todo cidadão de bem competir em igualdade de condições”, diz a nota. Toda a população precisa ficar alerta ao andamento da PEC, uma vez

que precisa contar com um serviço público de qualidade e igualitário.

No Sintrajuf, um grupo de servidores se reuniu para estabelecer como deve ser feita a mobilização e a ampliação da divulgação da campanha contra a matéria ao público em geral. Afinal, a PEC de autoria do deputado federal Gonzaga Patriota (PSB/PE) permite o ingresso em cargo público sem realização de concurso para aquele cargo específico e pode retomar práticas absurdas como o apadrinhamento.



Super-Receita ameaça previdência pública

A medida provisória 258/2005, que unifica as secretarias de Receita Federal (ligada ao Ministério da Fazenda) e da Receita Previdenciária (ligada ao Ministério da Previdência) em um único órgão chamado Receita Federal do Brasil, pode ser mais um fator para o desmonte da previdência: a chamada Super-Receita realiza uma fusão do caixa tributário federal e pode ocasionar desvio de recursos.

A medida provisória foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de julho e chegou a obter liminar da ação popular contra a criação do órgão, concedida pela 2ª Vara Federal Criminal. A liminar foi suspensa pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador Frederico Gueiros, em 18 de agosto, sob a justificativa de que traria “grave lesão às ordens pública, econômica, jurídica e administrativa”.

O governo federal justifica a criação do novo órgão pelo suposto “déficit” da previdência. No entanto, entidades sindicais como o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Estado de São Paulo (Sinsprev-SP) denunciam que tal “déficit” aparece nas contas por causa das despesas com benefícios rurais e assistenciais, sem custeio próprio, pois as contas da previdência são superavitárias.

“É mais profundo ataque privatista ao patrimônio dos trabalhadores construído sob a base da solidariedade entre as

gerações”, denuncia o Sinsprev-SP. Para a entidade, o novo órgão “oficializa o funcionamento do ‘caixa único’ das receitas da União e da Previdência, viabilizando, por meio da Desvinculação da Receita da União (DRU), a apropriação do orçamento da Seguridade Social para pagamento da dívida externa”.

Isso porque a emenda constitucional 42 estabelece que os orçamentos podem ter até 20% do seu valor desvinculado para outros fins, exceto se forem recursos de contribuições sociais incidentes em folha de pagamento. Se a União substitui o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) como responsável pela arrecadação, a verba fica livre para pagamento da dívida, evaporando dos tão sofridos bolsos dos aposentados brasileiros.

A advogada paulista Milene Deranian, em artigo publicado no Consultor Jurídico, ressalta outra ameaça: de que o novo sistema realize compensações de naturezas diversas e sem prévio consentimento do contribuinte. Na prática, uma dívida com a Receita Federal pode ser quitada automaticamente pelo desconto em um crédito junto à Previdência, por exemplo.

“Essa é apenas uma questão a ser refletida por todos, pois a arrecadação previdenciária em sentido amplo é um patrimônio dos trabalhadores que nela depositam percentual de seu provento ou renda (na condição de trabalhador



autônomo) para que após alcançados anos de trabalho ou na hipótese de vir a se enquadrar em determinada situação fática, possam dela valer-se”, lembra.

Além dos problemas que a medida pode causar à população, outros impasses envolvem os servidores que trabalhavam nos dois órgãos

fundidos na Super-Receita. Não se sabe como fica o plano de carreiras para os servidores do novo órgão, pois técnicos fiscais, auditores fiscais e técnicos da previdência possuem vencimentos incompatíveis. As instalações físicas e o treinamento são outras preocupações.



expediente

Publicação mensal do Sintrajuf (distribuição gratuita) | Jornalista responsável: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Diagramação: Renata do Amaral (DRT/PE 3011) | Redação: Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, Recife-PE, 50100-170 | Fone: (81) 3421.2608 | Fax: (81) 3221.3488 | Site: www.sintrajufpe.org.br | E-mail: sind@sintrajufpe.org.br | Tiragem: 2800 exemplares | Impressão: MXM Gráfica | Diretoria: Kátia Albuquerque (presidente), Isaac Oliveira (vice-presidente), Argissa Pereira (secretária geral), Alexandre Pereira (1º secretário), Antônio Feitosa (1º tesoureiro), Ricardo Almeida (2º tesoureiro), Carlos Fernandes (diretor jurídico), Lúcio Vanderlei (diretor de sindicalização), Benedito Moura (diretor de relações sindicais), Antônio Queiroz (1º suplente), Ricardo Sales (2º suplente), Paulo Fernando (3º suplente) e Guido Oliveira (4º suplente)



cultura

Revele seu talento na fotografia



Quem gosta de fotografia não pode perder o Concurso de Fotografia do Sintrajuf-PE. As fotos selecionadas vão compor o calendário 2006 do sindicato, presença certa na mesa de trabalho de boa parte dos servidores. Para participar, atente para o regulamento ao lado e assine o termo de inscrição disponível no site do Sintrajuf. Revele seu talento!



mundo

Bolívia: luta por recursos

A nacionalização do petróleo e do gás na Bolívia, a soberania nacional dos povos e a luta contra as privatizações foram os temas do encontro continental que aconteceu em La Paz, de 12 a 14 de agosto, com a presença de 272 delegados dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Grã Bretanha, México, Paraguai, Peru, Turquia e Venezuela.

O povo boliviano batalha pela nacionalização sem indenização dos hidrocarbonetos, ao contrário da lei vigente, que retira os recursos naturais das mãos dos trabalhadores para preservar os interesses das multinacionais. É a defesa da soberania que está

em jogo nesta questão. “A propriedade dos recursos naturais é parte constitutiva da soberania das nações e povos, portanto é inalienável”, diz a declaração final.

Ao final do encontro, foram definidas ações como o apoio incondicional à luta do povo boliviano, à reestatização das empresas e serviços públicos privatizados, à soberania dos povos e contra a política de guerra do imperialismo. Em 17 de outubro, haverá a Jornada Internacional de Lutas pela Nacionalização dos Hidrocarbonetos, e daqui a um ano, novo encontro na Venezuela vai avaliar o andamento das ações e definir novas metas para a luta dos trabalhadores.

Regulamento

1. O Concurso de Fotografia do Sintrajuf-PE tem como objetivo selecionar fotografias para o calendário de mesa do ano de 2006 do sindicato, além de ser uma chance de integrar todos aqueles que gostam de fotografia.
2. Podem participar todos os servidores do Judiciário Federal em Pernambuco filiados ao Sintrajuf-PE.
3. Cada participante pode enviar até três fotos inéditas, de tema livre, mas apenas uma deverá constar do calendário de mesa do ano de 2006. Não serão aceitas fotos já publicadas em outros meios de divulgação.
4. Serão aceitas fotos em cores ou preto e branco, em meio impresso ou digital. Juntamente com a foto, o participante deve anexar as seguintes informações: título da foto (se houver), nome do participante, endereço, telefone para contato e e-mail.
5. No caso de cópias impressas, o formato deve ser 10 x 15cm a 20 x 30cm. As cópias não serão devolvidas e devem ser encaminhadas para a sede do sindicato, localizada à Rua do Pombal, 52, Santo Amaro, juntamente com a autorização abaixo.
6. No caso de fotos digitais, as fotos devem vir em grande formato e podem ser encaminhadas por disquete ou e-mail (sind@sintrajufpe.org.br). Não serão aceitas fotos com efeitos aplicados. A autorização está disponível no site do Sintrajuf (www.sintrajufpe.org.br) e deve ser entregue, assinada, na sede do sindicato.
7. As fotos serão selecionadas por uma comissão julgadora formada por três especialistas, cujos nomes serão posteriormente divulgados, segundo critérios de criatividade e composição.
8. A data limite para entrega das fotos é 14 de outubro. O resultado será divulgado no Dia do Servidor Público, 28 de outubro.
9. Os autores das fotos autorizam sua publicação no calendário de mesa do ano de 2006 e sua divulgação por meio das publicações impressas e online do Sintrajuf, sem ônus para o sindicato, no ato da inscrição.

 **jurídico**

Aposentados têm nova ação

Quase 50 aposentados participaram de assembléia, em 19 de agosto, para autorizar o sindicato a ingressar com ação judicial contra a redução de aposentadorias de servidores que entraram em inatividade após a edição da MP 831/95 e que recebiam por força da Decisão 481/97 do Tribunal de Contas da União, em seus proventos, a vantagem denominada “opção” de 70% da FC. O advogado Francisco Vitório (foto ao lado) tirou as dúvidas dos aposentados sobre a questão.

Agora, os aposentados devem encaminhar ao sindicato procuração com firma reconhecida juntamente com cópias autenticadas do CPF, do RG, de um contracheque por ano após a aposentadoria até a presente data, do ato de aposentadoria autenticados e do ato de homologação do TCU, se houver. Para facilitar, a procuração foi enviada via Correios, mas também pode ser assinada diretamente no sindicato.

As pessoas que foram notificadas sobre a perda da opção devem acrescentar a cópia autenticada da notificação. Lembramos que existe efeito suspensivo relativo aos embargos do TCU - ou seja, antes do julgamento dos referidos embargos não pode haver desconto nos vencimentos.

Auxílio-alimentação do TRT é reajustado

Boa notícia para os servidores do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco: respondendo ao requerimento 10196/05 do Sintrajuf, a administração do tribunal acatou o pedido de reajuste do auxílio-alimentação, que sobe de R\$ 260,48 para R\$ 308 em setembro. A notícia foi dada aos diretores do sindicato pelos assessores da presidência, logo que houve o despacho.

O requerimento pedia equiparação com o valor pago no Tribunal Superior do Trabalho, de R\$ 485. No despacho, a presidente Maria de Lourdes Cabral afirma que, no próximo ano, de acordo com a disponibilidade orçamentária, será reavaliada a possibilidade de uma nova elevação do valor.

O Sintrajuf vai cobrar novamente o aumento, uma vez que os servidores ainda não se sentiram satisfeitos com a nova quantia. Afinal, o aumento concedido, embora represente uma vitória após quatro anos sem reajuste, não foi suficiente para cobrir a defasagem do período e está muito aquém do valor pago pelo TST.



Foto: Arquivo Sintrajuf

REUNIÃO COM OS APOSENTADOS Advogado Francisco Vitório, presidente Kátia Saraiva e advogada Fátima Pugas na mesa

TRT: novo requerimento de incorporação dos quintos

O Sintrajuf irá interpor novo requerimento administrativo junto ao TRT 6ª Região para incorporação dos quintos. O requerimento anterior foi indeferido pelo pleno do tribunal e, no recurso, o TST extinguiu o processo sem julgamento do mérito, alegando a obtenção de decisão judicial favorável pelo sindicato.

Apesar disso, o pedido conta agora com uma vasta jurisprudência favorável no âmbito judicial, provocada pela ação da Fenajufe e dos sindicatos dos trabalhadores do Judiciário Federal em todo o país. Dessa forma, os juízes do TRT terão motivos de sobra para julgar procedente o direito pleiteado.

Processo dos 84,32%

Os processos dos 84,32% da 2ª e 6ª varas trabalhistas, relativos à correção monetária do IPC de 1990, contestam ação recisória da União para não pagamento dos valores. O processo da 2ª vara está inscrito no precatório e os RPVs já foram expedidos. Já o processo da 6ª vara está no Supremo Tribunal Federal.

Isenção da aposentadoria por invalidez

O sindicato protocolou requerimento administrativo nos tribunais que ainda não aumentaram o teto de isenção dos aposentados por invalidez, conforme as modificações da PEC Paralela. A isenção estabelecida para esses aposentados é o dobro do valor dos outros aposentados.

troca-troca

De: PB (JF) | **Para:** PE
Nome: Eraldo Prado Pedrosa Filho
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (81) 3268-4809
E-mail: eraldo.pedrosa@uol.com.br

De: PE (TRT) | **Para:** RJ
Nome: Riomar Freire
Cargo: técnico judiciário
Telefone: (81) 3328-3934
E-mail: riomarfoj@uol.com.br

 **ronda sindical**

Más condições de trabalho no TRT

Em visita aos locais de trabalho do Tribunal Regional do Trabalho, o sindicato detectou péssimas condições de trabalho em alguns setores. No galpão onde está instalado o setor de transporte, não é dispensada a limpeza mínima necessária ao piso e ao banheiro, tendo os servidores que ficar confinados em um espaço restrito.

No setor de materiais, existe uma constante poeira espalhada no ar e encobrindo piso e móveis, independentemente de limpeza. Já a gráfica, localizada no mesmo prédio, conta com o acréscimo do forte cheiro de

material tóxico, que se espalha por todo o ambiente. O problema é crônico mas passa despercebido pelo tribunal, que foi bastante célere quando quis reduzir o adicional de insalubridade dos servidores daquele setor – que hoje é menor do que a própria Justiça do Trabalho obriga os patrões a pagarem em suas sentenças.

Em Olinda, detectamos vazamento em dias de chuva no teto da 2ª Vara. Providências foram solicitadas inúmeras vezes, sem resultados. Já em todas as outras varas, os servidores sofrem com mobiliário inadequado, que pode resultar

no adoecimento do quadro de funcionários, e equipamentos de informática insuficientes, gerando acúmulo de serviços e conseqüente atraso no andamento das tarefas e elevação do estresse do servidor. O sindicato enviará ofício à administração do tribunal relatando os fatos para que se identifiquem esses problemas e se tomem medidas visando a saná-los.



Foto: Getty Images Royalty-Free

Concurso de remoção e FCs no TRE

No último dia 20 de agosto, o Sintrajuf realizou reunião com os servidores do TRE para tratar das questões inerentes àquela justiça especializada. O principal objetivo foi identificar os problemas e buscar meios de revertê-los. As reclamações mais comuns dizem respeito à falta de transparência nas nomeações dos novos servidores.

A maioria dos servidores que pleiteia transferência está extremamente insatisfeita com o processo em vigor após o concurso de remoção. Outro aspecto discutido foi a diferenciação de remuneração pelo desempenho de função comissionada do interior e capital. Enquanto os chefes de cartório do Recife recebem FC-4, os das outras cidades recebem FC-1.

Fizeram parte da discussão também os informes sobre o PCS e o aproveitamento dos servidores requisitados nos quadros do Poder Judiciário Federal. Ao final, ficou definido que o sindicato irá requerer à administração do TRE processo de remoção transparente, com abertura periódica de concurso de remoção para preenchimento das vagas que forem surgindo. Em razão da intensa demanda, esse é o meio mais justo. O requerimento já foi protocolado.

Quanto à FC dos chefes de cartório, foram anotadas algumas sugestões para posterior aprofundamento da discussão com o conjunto dos servidores do TRE. O objetivo é elaborar uma proposta e submetê-la à Fenajufe, a fim de levar a proposta de alteração ao TSE.

Plano de saúde do TRF

No início deste mês, os servidores do Tribunal Regional Federal e seções judiciárias da Justiça Federal da 5ª Região tiveram uma desagradável surpresa. O presidente do TRF, desembargador Francisco Queiroz, levou ao conselho de administração a proposta de alteração do horário de funcionamento do tribunal, atrelada ao aumento da carga horária dos servidores da administração. O Sintrajuf, ao tomar conhecimento, reuniu os servidores no último dia 5.

No mesmo dia, houve uma discussão sobre as negociações que estão sendo feitas entre o tribunal e a Sul América. Logo após a reunião, um grupo de servidores, juntamente com o sindicato, conversou com a diretora geral, Sorária Rodrigues.

Atendendo a requerimento do sindicato, um servidor participou de reunião no dia 6, entre a administração do TRF e a seguradora de saúde. Duas propostas foram colocadas à mesa: manter o valor atual do plano apenas para os servidores titulares, remetendo dependentes e agregados para outros valores fixados por faixa etária, ou efetuar reajuste linear de 25%, além dos 11,68% já corrigidos no início do ano.

Em reunião no último dia 9, os servidores deliberaram não aceitar nenhuma das duas propostas do TRF e da SulAmérica. A decisão foi solicitar que a administração do tribunal cobre a planilha de sinistralidade durante três meses, para comprovação da real necessidade de haver aumento. Também foi definido que o Sintrajuf irá requerer à Agência Nacional de Saúde que integre a lide do processo judicial contra a SulAmérica, para que a empresa mantenha a prestação de serviço.

 **curtas e justas**

Oficiais de Justiça

A Fenajufe realizou, no último dia 4, no III Encontro do Coletivo Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Cojaf), em Brasília. Os oficiais pernambucanos foram representados por Isaac Oliveira e Luiz Carlos Medeiros, ambos da Justiça Federal. Eles foram eleitos em reunião no Sintrajuf, no dia 1, quando houve a instalação do núcleo de oficiais de justiça do sindicato.

Na capital federal, além de temas específicos desse setor da categoria, como a indenização de transporte, foi debatida a inclusão na luta pela aprovação do Plano de Cargos e Salários. Já o núcleo de oficiais do Sintrajuf se destina a discutir assuntos específicos e será coordenado pelos servidores Alessandro Bernardo, da Justiça do Trabalho, e Luiz Carlos Medeiros, da Justiça Federal.

STJ propõe criação de novas varas federais

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) encaminhou à Câmara dos Deputados, no último dia de agosto, anteprojeto de lei que cria 400 novas varas federais. De acordo com o anteprojeto, as unidades da Justiça Federal serão implantadas de modo gradativo, com 50 varas a cada ano durante oito anos. O texto não traz a localização das varas, que obedecerá a estudos técnicos preparados pelo Conselho de Justiça Federal.

Para que as unidades funcionem, o quadro efetivo englobará 14,8 mil profissionais, sendo 800 juízes titulares e substitutos; 3,6 mil analistas judiciários A1; 4,4 mil técnicos judiciários A1; 400 CJ3; 4,4 mil funções comissionadas 5; 400 funções comissionadas 3 e 800 funções comissionadas 2. Vale lembrar que o calendário pode ser antecipado, como aconteceu com as 183 varas criadas pela lei 10.772/2003.

Atividade jurídica

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) se reuniu em 12 de agosto, em Brasília, e decidiu pedir que o Tribunal Superior do Trabalho revise a resolução 1046, de 8 de abril, que trata da atividade jurídica.

Para o corregedor do TRT da Bahia, Roberto Pessoa, o colégio entende que a matéria deve ser revisada por cercar o direito dos servidores de exercer a advocacia e dificultar que eles assumam cargos na magistratura se aprovados em concurso, devido à exigência de três anos de atividade jurídica para que assumam o cargo.

A atuação da Fenajufe foi essencial na apreciação do tema pelo Coleprecor, pois a entidade encaminhou um memorial jurídico pedindo a revisão ao vice-presidente do TST, ministro Roberto Leal. Agora, a federação agendará audiência com o presidente do TST e cobrar dos outros ministros a revisão.

 **fato relevante**

Juiz carioca passa de “doutor” a “você”

Você se lembra do caso do juiz carioca Antônio Marreiros da Silva Melo Neto, que moveu ação contra o condomínio do Edifício Luiza Village e a síndica Jeanette Granato porque exigia ser chamado de “doutor” pelo empregado do condomínio? O caso foi mencionado no Jornal do Sintrajuf de maio. No processo, iniciado em 10 de setembro do ano passado, Melo Neto, que alegava ter sofrido danos morais, exigia 100 salários mínimos mais multa diária a ser fixada judicialmente caso o “incidente” de ser chamado de “você” se repetisse.

Pois o juiz Alexandre Eduardo Scisínio, da 9ª Vara Cível da comarca de Niterói, proferiu sentença, em 2 de maio, julgando improcedente o processo 2005.002.003424-4 e condenando o postulante ao pagamento de custas e honorários de 10% sobre o valor da causa. Não sem antes demonstrar empatia para com o colega: “Não deseja o ilustre Juiz tola bajulice, nem esta ação pode ter conotação de incompreensível futilidade. O cerne do inconformismo é de cunho eminentemente subjetivo”, escreveu Scisínio.

O juiz de Niterói afirmou não haver razão jurídica no pedido, uma vez que “‘doutor’ não é forma de tratamento, e sim título



acadêmico utilizado apenas quando se apresenta tese a uma banca e esta a julga merecedora de um doutoramento”. Para ele, mesmo “senhor” não é uma forma de tratamento que se possa exigir: “não existe regra legal que imponha obrigação ao empregado do condomínio a ele assim se referir” e “na relação social não há ritual litúrgico a ser obedecido”.

Para Scisínio, não compete ao Judiciário decidir sobre questões de etiqueta ou cortesia, que devem ser estabelecidas entre o “empregado do condomínio e o condômino, posto que isso é tema *interna corpore* daquela própria comunidade”. O Sintrajuf comemora que o bom senso tenha imperado na decisão do juiz Scisínio, ao contrário do que aconteceu com o juiz Melo Neto, que ao ingressar com processo tão vergonhoso apenas reforçou a sensação de distanciamento da sociedade em relação aos magistrados e ao Judiciário.